

Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança

Como evoluíram as famílias em Portugal?

Em Portugal a dimensão média das famílias reduziu-se significativamente em 50 anos, passando de 3,8 pessoas por família, em 1960, para 2,6 pessoas, em 2011.

O casal (com e sem filhos) continua a ser a forma predominante de organização da vida familiar (62% das famílias em 1960 e 59% em 2011). Nos últimos 50 anos assistiu-se ao aumento do peso relativo dos casais sem filhos (de 15% em 1960, para 24% em 2011), dos núcleos familiares monoparentais (de 6% em 1960, para 9% em 2011) e das pessoas que vivem sós (de 12% em 1960, para 20% em 2011) e à diminuição do peso das famílias complexas (de 15% em 1960, para 9% em 2011).

Analisar as transformações da vida familiar em Portugal, a partir de estatísticas demográficas anuais e dos resultados censitários, é o objetivo do seminário "*Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*", uma organização conjunta do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Observatório das Famílias e das Políticas de Família do Instituto de Ciências Sociais (OFAP/ICS-UL).

As tendências demográficas registadas nas últimas décadas (aumento da esperança de vida, queda da fecundidade, adiamento da parentalidade, aumento das uniões de facto e do divórcio, ...) implicam um processo de mudança progressivo e persistente em direção a novas formas de viver em casal e em família.

Como principais linhas de transformação é possível identificar:

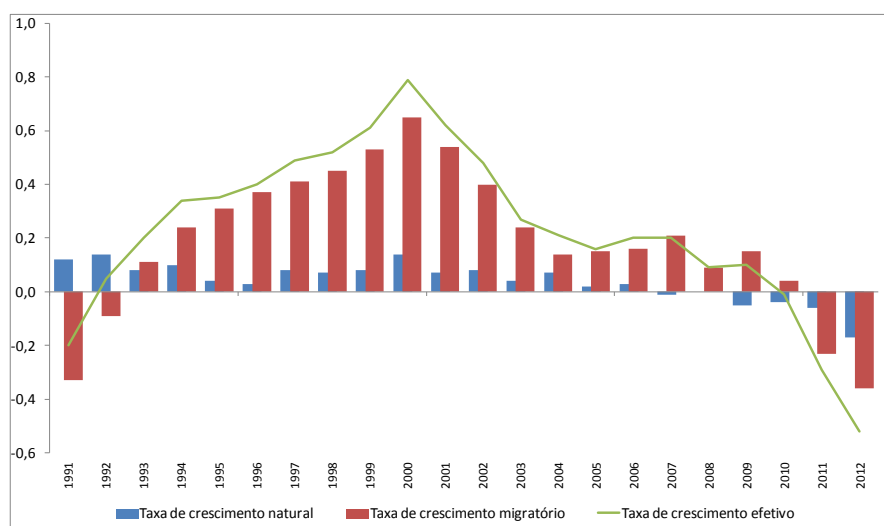
- Um padrão de vida doméstica assente, generalizadamente, em famílias de menor dimensão, devido ao menor número de filhos, que raramente ultrapassa os dois; ao decréscimo das famílias alargadas; e ao aumento das famílias unipessoais;
- O reforço da privacidade da vida conjugal, vivendo os casais (com ou sem filhos) cada vez menos em co-residência com outros familiares;
- Um crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas vivendo sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados e divorciados, viúvos);
- Uma diversidade mais acentuada das formas de viver em família, quer em relação à conjugalidade (casamento "de direito" e "de facto", casamento religioso ou civil), quer em relação à parentalidade (aumento das famílias monoparentais e recompostas).

- Alguma variabilidade, do ponto de vista dos contextos regionais e sociais, identificando-se perfis regionais de mudança e o impacto de variáveis sociodemográficas como o género, a escolaridade e a condição perante a atividade económica.

Principais tendências demográficas em Portugal

- A desaceleração do crescimento demográfico e, mais recentemente, o decréscimo populacional, a par de um contínuo processo de envelhecimento demográfico, consubstanciam as linhas gerais de caracterização da situação demográfica recente em Portugal;
- O saldo natural tem apresentado uma tendência de decréscimo continuado, tendo atingido valores negativos em 2007, ano em que pela primeira vez, nas últimas décadas, se registou em Portugal um número de óbitos superior ao de nascimentos. Nos anos de 2009 e seguintes o saldo natural foi de novo negativo, tendo-se agravado particularmente em 2012;
- As estimativas sobre as migrações internacionais para os anos mais recentes apontam para um recrudescimento dos fluxos emigratórios e para quebras dos fluxos imigratórios, configurando, assim, o regresso a saldos migratórios negativos.

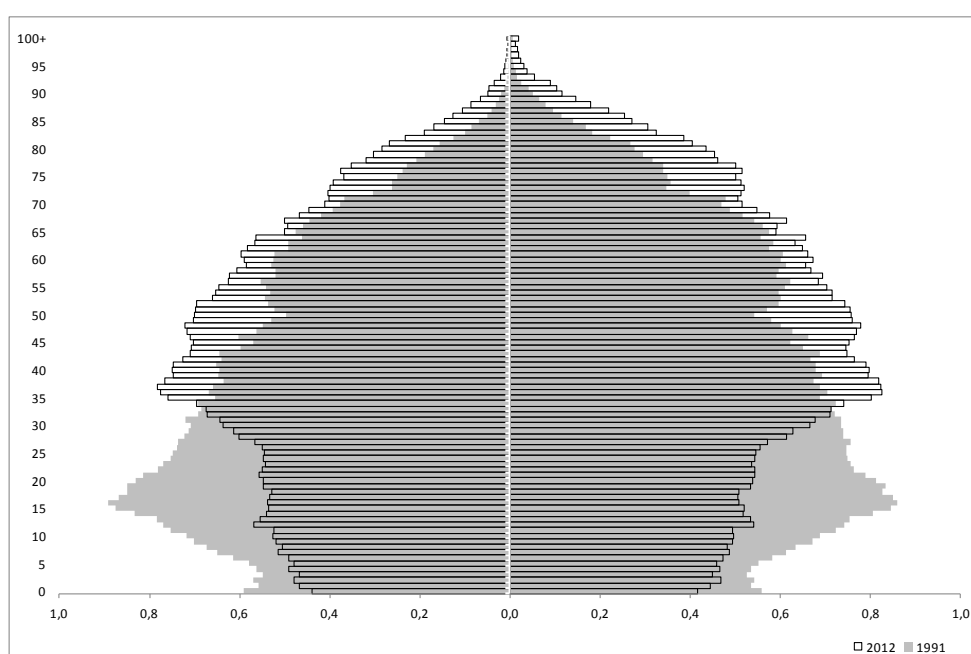
Figura 1 - Taxas de crescimento natural, migratório e total, 1991-2012, Portugal



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Por um lado, o declínio da fecundidade, refletido no decréscimo do número de nascimentos (não obstante o contributo positivo da população estrangeira) e, por outro lado, o aumento da população idosa e do consequente número de óbitos neste grupo etário (em parte explicado pela maior dimensão das gerações mais velhas apesar do aumento da esperança de vida), vêm contribuindo para o duplo envelhecimento demográfico da população residente em Portugal.

Figura 2 - Pirâmides etárias, 1991 e 2012, Portugal

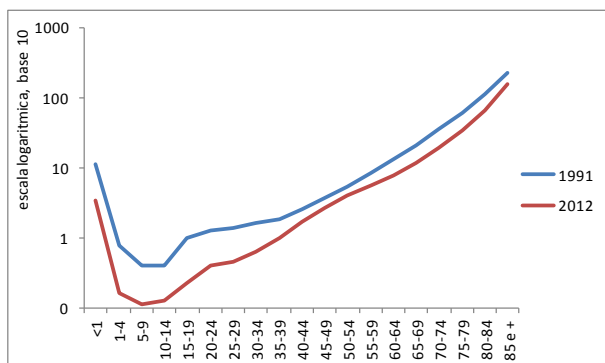


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Esta evolução reflete-se em profundas alterações no modelo de mortalidade e fecundidade ocorridas em Portugal nas últimas décadas:

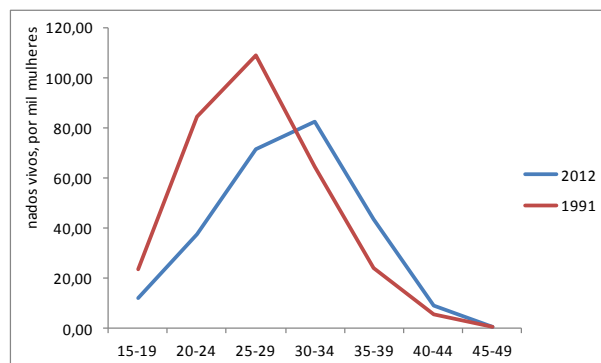
- Redução das taxas de mortalidade nas idades jovens, principalmente a redução da mortalidade infantil (Figura 3);
- Aumento da sobrevivência em idades avançadas;
- Queda das taxas de fecundidade, especialmente nos grupos mais jovens de mulheres em idade fecunda (Figura 4);
- Adiamento continuado, por parte das mulheres, do nascimento dos filhos, principalmente do primeiro filho.

Figura 3 - Taxas de mortalidade específicas por grupo etário, 1991 e 2012



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Figura 4 - Taxas de fecundidade específicas por grupo etário, 1991 e 2012



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

No contexto da formação e dissolução familiares, as estatísticas demográficas revelam que a constituição familiar através da celebração de casamento é uma realidade que sofreu fortes alterações, sublinhando-se a quebra geral do número de casamentos, o aumento da idade média ao casamento, a diminuição da proporção de primeiros casamentos, o crescente número de cônjuges com residência comum anterior ao casamento e com filhos comuns anteriores à celebração do casamento. O comportamento destes indicadores, assim como de outros associados à natalidade, como o aumento da percentagem de nados vivos nascidos fora do casamento (com ou sem coabitação dos pais), indiciam a intensificação de formas familiares alternativas na sociedade portuguesa.

A dissolução do casamento por divórcio é um acontecimento demográfico relevante em Portugal nas últimas décadas cuja leitura deve ser enquadrada pelas alterações legislativas ocorridas depois de 1974. De qualquer forma, é de sublinhar o aumento do número de divórcios até 2010 trajetória que se inverteu nos últimos dois anos (2011 e 2012).

Principais formas de viver em família ao longo dos últimos 50 anos

A análise da evolução das formas de viver em família ao longo das últimas décadas, recorrendo aos dados dos recenseamentos da população, revela cinco grandes tendências:

- 1) As famílias são significativamente mais pequenas, passando a dimensão média de 3,8 indivíduos em 1960 para 2,6 em 2011. Por seu lado, a percentagem de famílias com mais de cinco pessoas diminui expressivamente, representando, em 2011, somente 2% das famílias clássicas, por comparação com 17,1% em 1960 (Figuras 5 e 6);

- 2) O casal continua a ser a forma predominante de organização da família (Quadro 1). Em 2011, 59% das famílias eram constituídas por um casal, sendo o “casal com filhos” a estrutura predominante (35,2%). No entanto, é de salientar que o número de “casais sem filhos” tem vindo a aumentar, em resultado do adiamento da parentalidade e do envelhecimento populacional;
- 3) As famílias complexas, em que a uma família simples (de casal com ou sem filhos ou pai/mãe com filhos) se juntam outras pessoas aparentadas dentro do mesmo lar, têm decaído significativamente, sobretudo ao longo das duas últimas décadas, refletindo uma maior autonomia dos casais e dos indivíduos, que têm vindo a dispor de acrescidas condições de independência não só económica mas também residencial;
- 4) As famílias monoparentais (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades) têm vindo a aumentar e o seu peso no total de famílias que ultrapassou, em 2011, o das famílias complexas, em resultado sobretudo do aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações);
- 5) O número de pessoas que vivem sós tem vindo a aumentar, particularmente ao longo das duas últimas décadas, mantendo, ainda assim, em níveis inferiores aos registados em outros países europeus; esta evolução pode atribuir-se não só ao envelhecimento da população mas também a mudanças na vida privada de indivíduos em idades mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados.

Figura 5 - Famílias e população residente a viver em Famílias clássicas – Portugal, 1960-2011

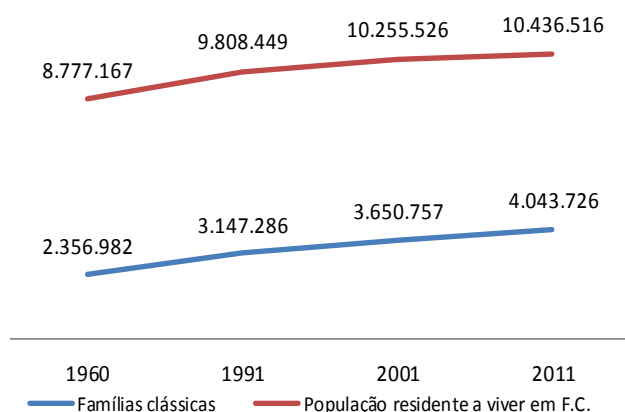
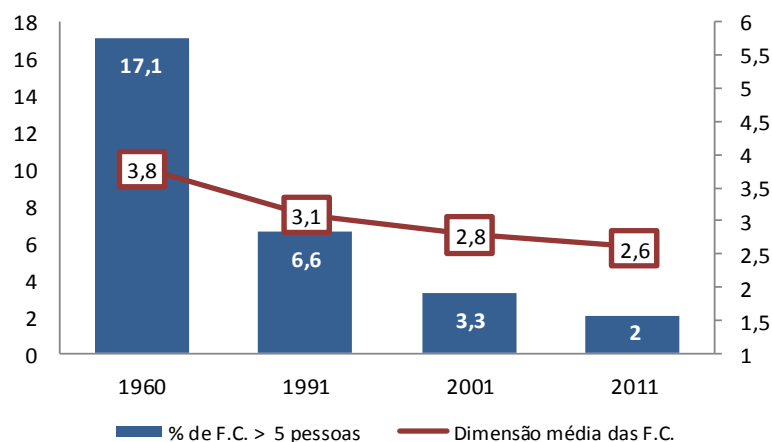


Figura 6 - % de Famílias com + do que 5 pessoas e dimensão média das famílias clássicas – Portugal, 1960-2011



Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

Quadro 1 - Evolução do tipo de família- Portugal, 1960-2011 (%)

	1960	1991	2001	2011
Famílias sem núcleo familiar	16,4	16,6	19,5	23,3
Pessoas a viver sozinhas	11,5	12,4	15,5	20,4
Outros tipos de família	4,9	4,2	4,0	2,8
Famílias simples(c/ 1 núcleo familiar sem outras pessoas)	68,2	69,5	70,1	68,0
Casais (subtotal)	62,3	63,9	63,1	59,0
Casal sem filhos	14,8	20,0	22,0	23,8
Casal com filhos	47,5	43,9	41,1	35,2
Monoparentais (subtotal)	5,9	5,6	7,0	9,0
Pai com filhos	-	0,8	0,9	1,2
Mãe com filhos	-	4,8	6,0	7,8
Famílias complexas	15,4	13,9	10,4	8,7
Alargadas (1 núcleo familiar + outras pessoas)	-	10,0	7,3	5,8
Múltiplas (2 ou mais núcleos familiares)	-	3,9	3,1	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

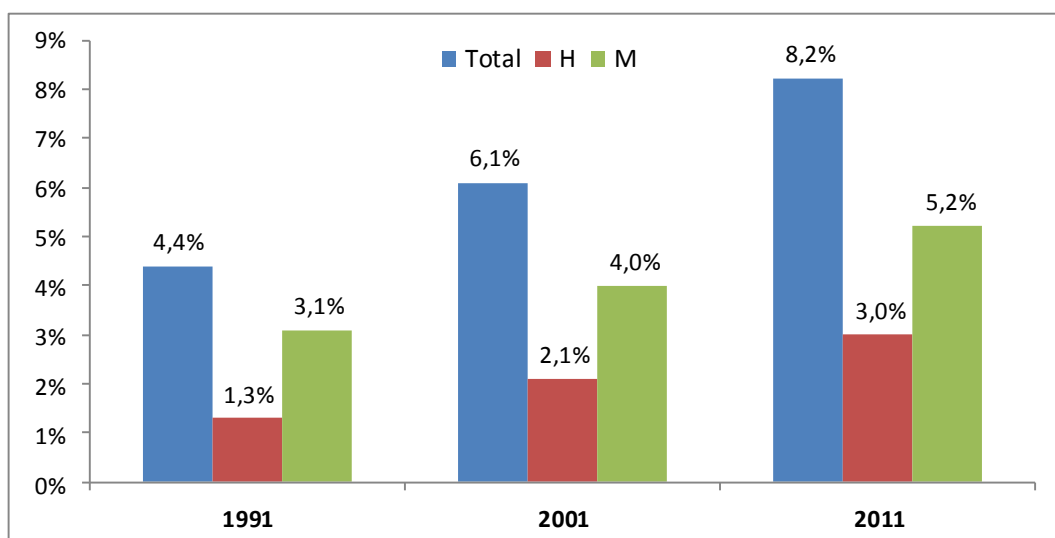
Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

O aumento das famílias unipessoais¹

O número de famílias unipessoais em Portugal tem vindo a aumentar gradualmente, quase duplicando entre 1991 e 2011 (Figura 7). De facto, nos últimos 20 anos, o número de pessoas que integravam famílias unipessoais passou de 435 864 para 866 827 (destas, 825 557 ocupando a totalidade do alojamento). O seu peso passou de 4,4% para 8,2% no conjunto da população residente. Esta evolução é também evidente no peso crescente que as pessoas que vivem sós têm vindo a assumir no total das famílias. Se em 1991 as pessoas que viviam sozinhas representavam 12,4% do total de famílias, esse valor aumentou para 15,5% em 2001 e para 20,4% em 2011 (Quadro 1).

¹ Este conceito inclui quer as pessoas a viver sós que ocupam integralmente um alojamento, quer aquelas que vivendo com outros, ocupam parte de um alojamento sem partilha de uma economia comum (pessoas independentes).

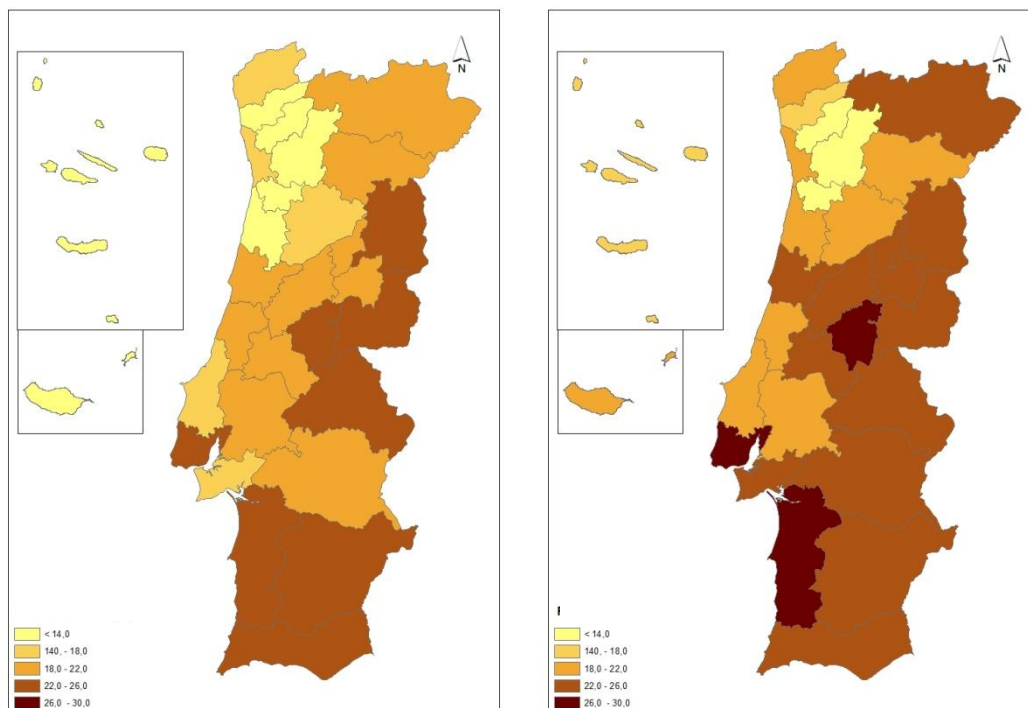
Figura 7 – Famílias unipessoais no total da população residente, 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

A distribuição regional de famílias unipessoais (por NUTS III) ilustra este aumento na generalidade do território nacional (Figura 8). Se em 2001 a maior preponderância se fazia sentir sobretudo no sul do país, na área da Grande Lisboa e no Centro Interior de Portugal, em 2011 aumentou o número de regiões que registam uma proporção de famílias unipessoais acima dos 20%.

Figura 8 – Famílias unipessoais por NUTS III, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

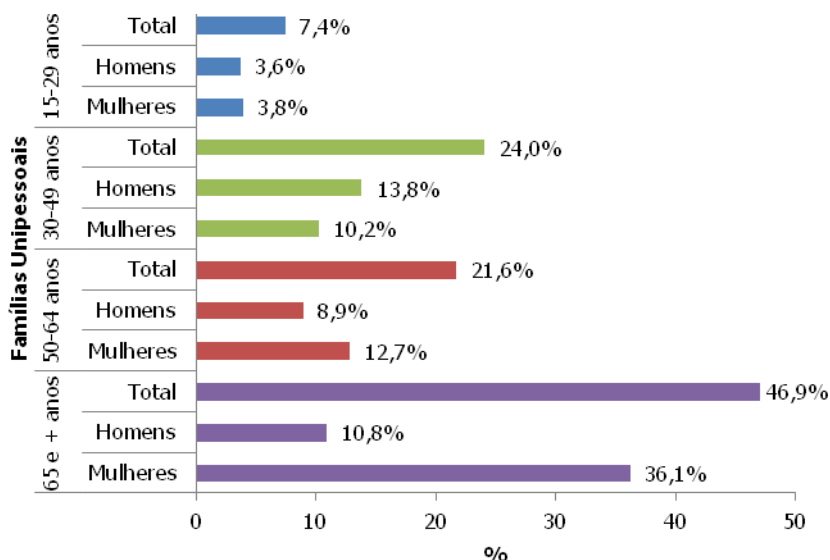
O sentido deste crescimento tem sido similar para mulheres e homens, mas a população do sexo feminino regista valores mais elevados de famílias unipessoais. Em 2011, 5,2% das mulheres e 3% dos homens residentes em Portugal viviam em famílias unipessoais; o que representa um acréscimo face aos valores registados em 2001 (4% e 2,1%, respetivamente) e 1991 (3,1% e 1,3%, respetivamente).

Esta evolução acompanha os principais padrões de distribuição das famílias unipessoais na Europa. A população portuguesa regista, no entanto, uma proporção de famílias unipessoais no total da população residente (8,2%) abaixo da média europeia (UE27), que se situa nos 14,5%, sendo que cerca de 8% são mulheres e 6% são homens (Eurostat, EU-SILC, 2011).

A distribuição das pessoas que vivem em famílias unipessoais em Portugal é variável consoante o sexo, mas também de acordo com a estrutura etária (Figura 9). Perto de metade das pessoas neste tipo de famílias tem 65 e mais anos de idade (46,9%), distribuindo-se em proporções similares nas diferentes faixas etárias até aos 84 anos. Se a este valor for acrescida a proporção de quem tem idade compreendida entre os 50 e os 64 anos (21,6%), a percentagem de indivíduos em famílias unipessoais com 50 ou mais anos de idade aumenta para 68,5%. A proporção de pessoas com idade até aos 49 anos é substancialmente inferior: 7,4% têm entre 15-29 anos e 24% têm idades compreendidas entre

30 e 49 anos. A análise comparativa desta distribuição face aos dados censitários de 1991 demonstra que a população adulta (com mais de 20 anos) a residir numa família unipessoal aumentou em todos os grupos etários.

Figura 9 – Famílias unipessoais por grupo etário e sexo, 2011



Fonte: INE, Censos 2011.

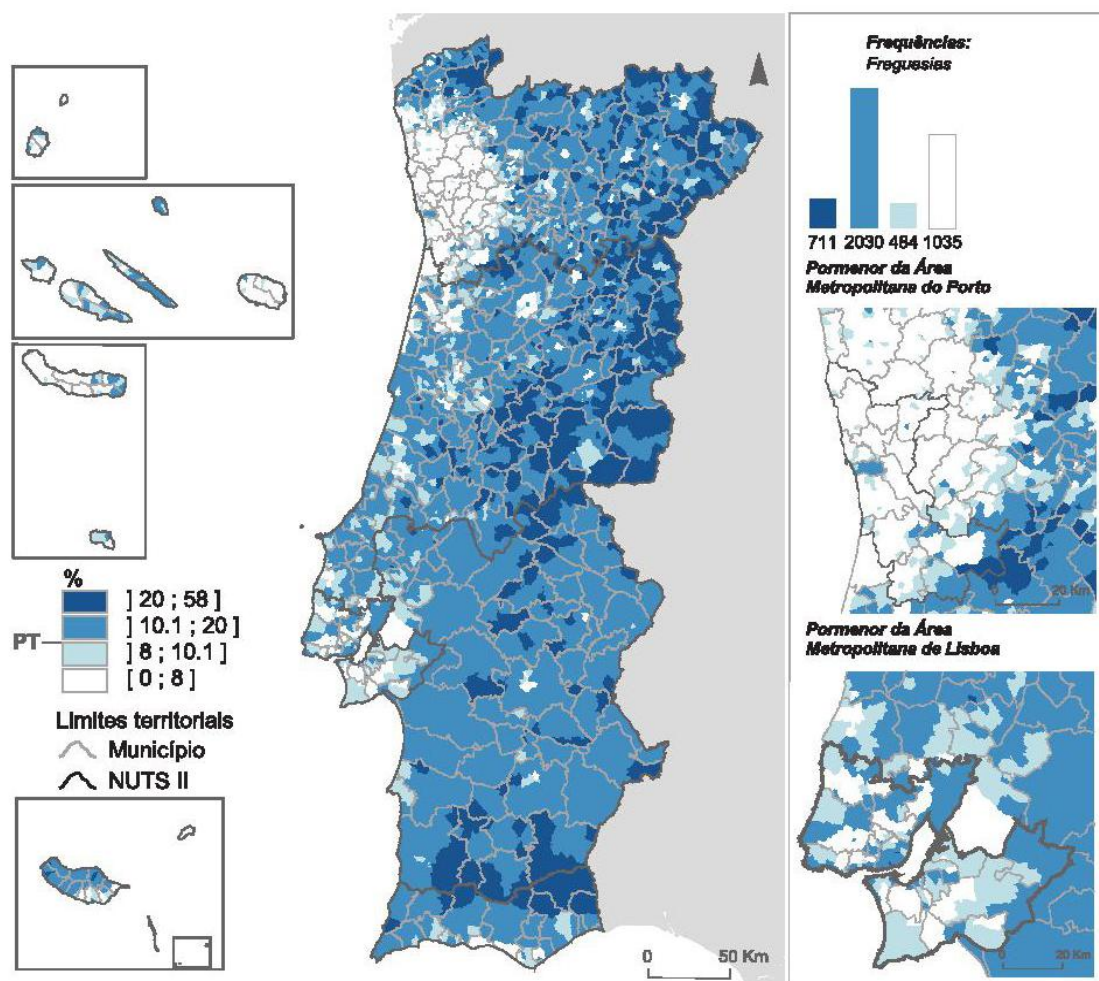
A distribuição etária das pessoas a viver em família unipessoal cruzada por sexo permite observar três cenários distintos (Figura 9): o primeiro diz respeito à proporção similar de mulheres (3,8%) e homens (3,6%) a viver em famílias unipessoais com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos; o segundo evidencia a predominância, ainda que pouco expressiva, de indivíduos do sexo masculino em idade ativa (13,8% face a 10,2% de mulheres); o terceiro representa um padrão inverso, passando a proporção de mulheres a ser superior à dos homens nas pessoas que habitam sós com idades entre os 50 e os 64 anos (12,7% face a 8,9%) e com 65 e mais anos (36,1% face a 10,8%). Esta tendência intensifica-se, aliás, à medida que a idade vai aumentando, caracterizando-se a população idosa em família unipessoal por um padrão claro de feminização, o que é indissociável do facto de a esperança média de vida ser, em média, superior no caso das mulheres. A distribuição diferencial dos indivíduos que vivem em famílias unipessoais por sexo e por idade espelha diferentes situações conjugais, condições perante o trabalho e perfis de escolaridade.

A proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos é mais elevada no Interior Norte e Centro, mas também nos centros urbanos de Lisboa e do Porto

A representação da proporção de famílias unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos por freguesia permite destacar dois padrões territoriais (Figura 10). Por um lado, a prevalência deste tipo de situações está associada a freguesias de municípios sobretudo do Interior Norte e Centro do país, refletindo o envelhecimento da população que ocupa estes territórios, e o isolamento em termos do quotidiano de quem lá permanece. Com proporções mais elevadas de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, importa salientar em particular o contraste entre o Norte Litoral, incluindo os territórios contíguos à Área Metropolitana do Porto e o Norte Interior, nomeadamente freguesias dos municípios de Bragança, de Vinhais, de Arcos de Valdevez e de Mogadouro.

Por outro lado, constata-se ainda o efeito de um processo de suburbanização nas duas áreas metropolitanas, verificando-se uma incidência de proporções mais elevadas nos municípios de Lisboa (15,0%) e do Porto (13,2%) por comparação com os valores observados para os municípios circundantes. Este padrão tem resultado da tendência de transferência das populações dos centros urbanos das duas metrópoles do país para a sua periferia e do consequente envelhecimento e isolamento das populações que permanecem nestes centros.

Figura 10 - Proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, por freguesia, 2011



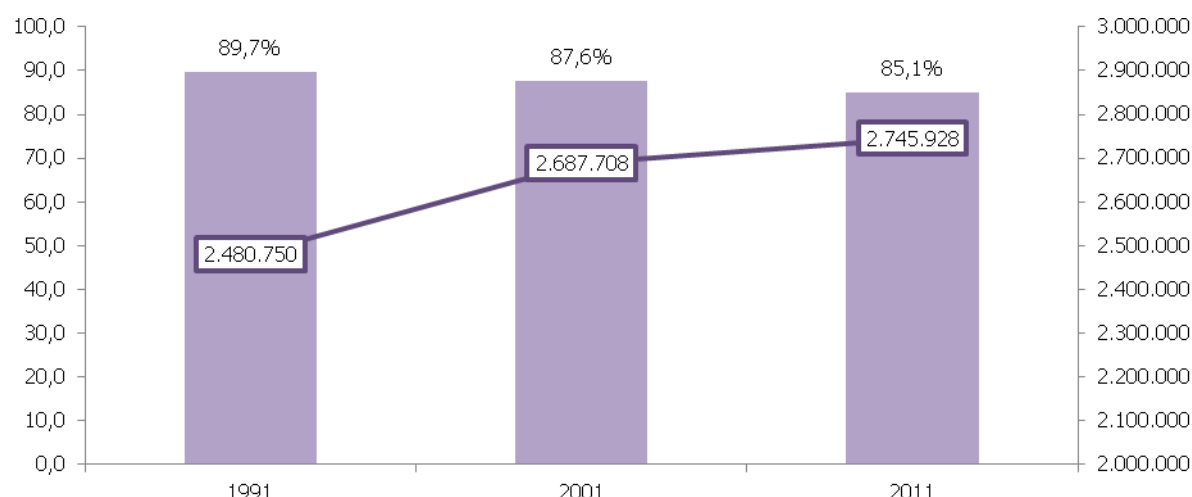
Fonte: INE, Censos 2011.

Mais casais sem filhos, mais uniões de facto e mais processos de recomposição familiar

A análise dos núcleos conjugais, de acordo com os Censos 2011, revela que ao longo da última década se acentuaram as tendências identificadas na década anterior: **diminuição do número de casais com filhos** e do número de filhos por casal; **aumento dos casais a viver em união de facto e aumento das famílias recompostas (também designadas por reconstituídas)**. São, sobretudo, os casais mais jovens os agentes da mudança, dado que é nas faixas etárias até aos 39 anos que as referidas tendências são mais evidentes.

Apesar de, em termos absolutos, o número de casais estar a aumentar desde 1991, o seu peso relativo face ao total dos núcleos familiares tem vindo a diminuir (Figura 11), o que decorre do aumento do número de famílias monoparentais.

Figura 11 - Núcleos de casais no total de núcleos familiares (1991, 2001 e 2011) (valores absolutos e %)

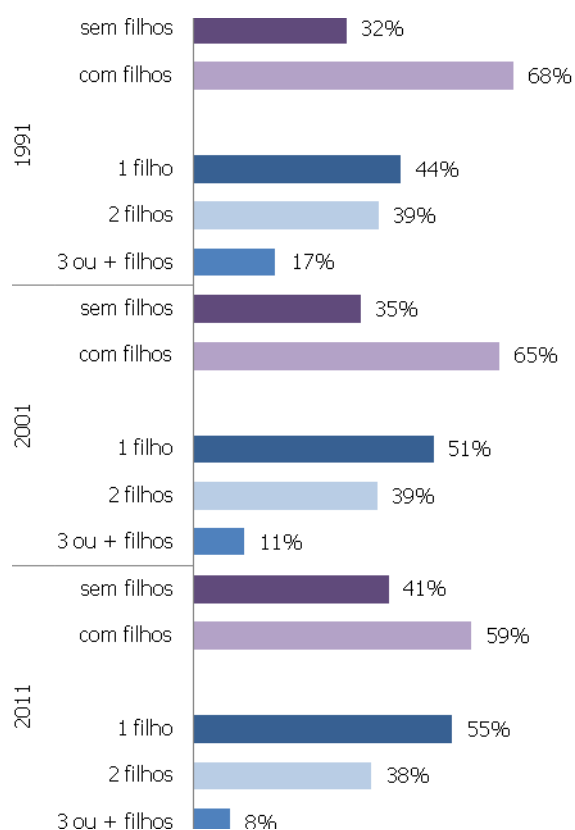


Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Maior proporção dos casais sem filhos: 41% em 2011

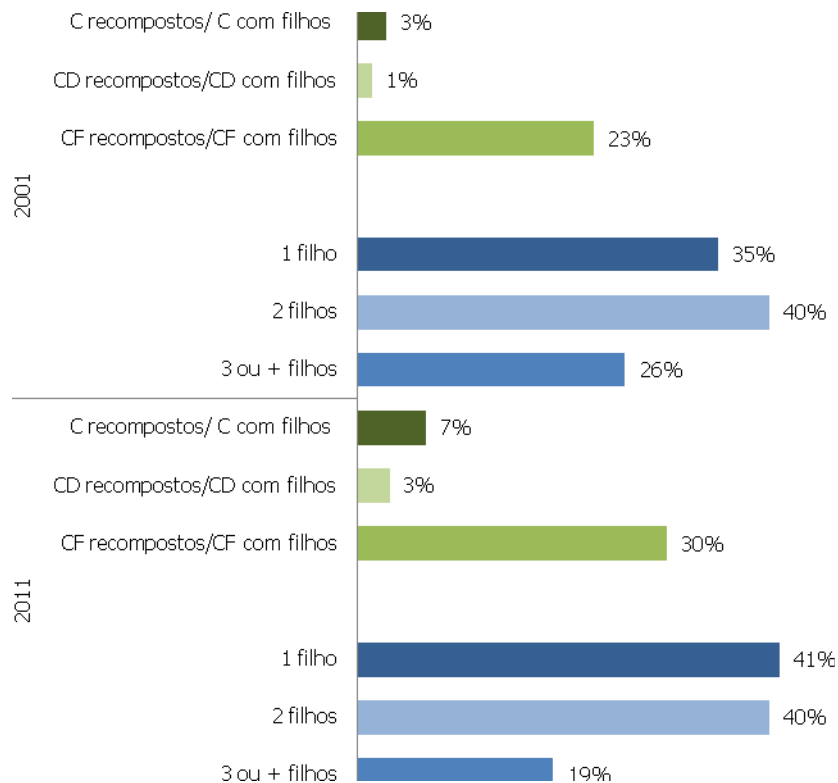
Dentro dos núcleos de casais destaca-se a diminuição do número de casais com filhos e o aumento do número de casais sem filhos (Figura 12). Se em 1991 os casais sem filhos constituíam 32% do total de casais, em 2011 o seu peso era de 41%, o que corresponde a um aumento de 9 p.p. Estes núcleos aumentaram em todos os grupos etários, mas a sua variação é maior nos grupos etários mais jovens (até 29 e 30-39 anos de idade), o que indicia o adiamento da parentalidade.

Figura 12 - Casais com e sem filhos e número de filhos nos casais (1991, 2001 e 2011) (%)



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Figura 13 – Proporção de casais recompostos nos casais com filhos (total, de direito e de facto) e número de filhos nos casais recompostos (2001 e 2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Acentua-se a tendência para o filho único

Em relação ao número de filhos, aumentaram os casais com um filho, representando atualmente mais de metade das situações; diminuíram os casais com três ou mais filhos; e mantiveram-se os casais com dois filhos. A tendência para a diminuição do número de filhos também se verifica para os casais recompostos. Não obstante, o peso das descendências numerosas (3 ou mais filhos) nestes casais recompostos continua a ser mais do dobro da que se regista no total dos casais com filhos (Figuras 12 e 13).

Ainda relativamente aos casais recompostos constata-se que, em termos absolutos, o seu número mais do que duplicou, passando de 46 786 em 2001 para 105 763 em 2011. Também se acentuou o seu peso face ao total de casais com filhos, passando de 3% para 7% no período intercensitário.

Mais uniões de facto

A informalização crescente da vida em casal traduz-se, em 2011, no aumento das uniões de facto tanto nos casais sem filhos como nos casais com filhos, com variações de 120% e 80%, respetivamente, face a 2001 (Quadro 2). No caso dos casais de facto com filhos, este aumento deve-se sobretudo ao peso dos casais recompostos, que já representam 30% do total (Figura 13). Com efeito, a tendência de informalização foi ainda mais expressiva nos casais recompostos, que tiveram uma variação de +140% e passaram a representar praticamente 6 em 10 casais recompostos.

Quadro 2 – Casais com e sem filhos e casais recompostos por tipo de núcleo (“de direito” e “de facto”), 1991, 2001 e 2011 (valores absolutos, % e Tx Vr)

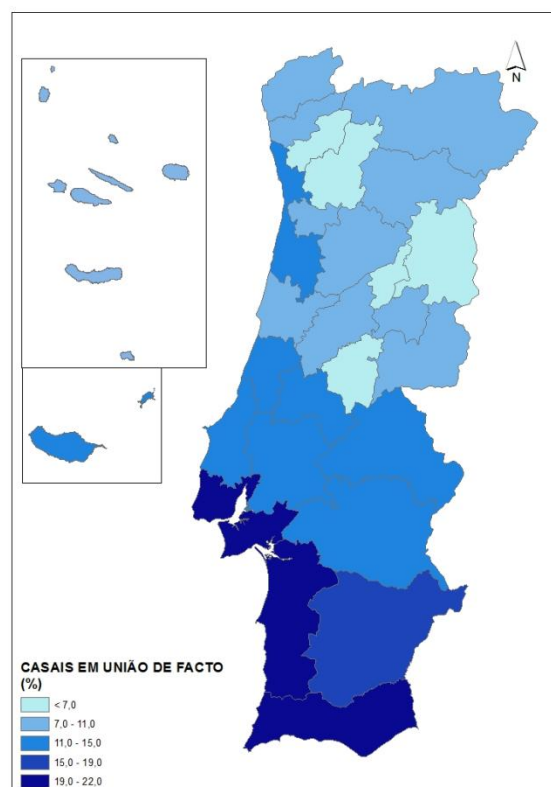
Casais	Ano			Tx Variação 2001-2011
	1991	2001	2011	
Todos				
“de direito” sem filhos	30,7	32,6	35,4	11,2
“de facto” sem filhos	1,4	2,7	5,8	119,9
“de direito” com filhos	65,4	60,5	51,3	-13,4
“de facto” com filhos	2,5	4,2	7,5	80,4
Total	2 480 561	2 687 708	2 745 928	2,2
Recompostos				
“de direito”	-	44,1	40,8	109,0
“de facto”	-	55,9	59,2	139,5
Total	-	46 786	105 763	126,1

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

É na Área Metropolitana de Lisboa que as uniões de facto assumem maior expressão, evidenciando um contraste entre o Norte e o Sul do país.

Em 2011, a distribuição regional das uniões de facto (Figura 14) revela que em cerca de metade das NUTS III – onde se incluem as regiões do sul, algumas do litoral norte e centro e a R. A. da Madeira – as uniões de facto apresentam valores próximos ou superiores à média nacional (13,3%). A Grande Lisboa, a Península de Setúbal, o Alentejo Litoral e o Algarve destacam-se por uma incidência do fenómeno acima de 20%, i.e., 1 casal em 5 vive em união de facto. A informalização da vida conjugal é, então, menor no norte, no centro e na R. A. dos Açores, onde as uniões de facto não ultrapassam os 11% dos casais, sendo particularmente baixa nas sub-regiões do Ave, do Tâmega, da Serra da Estrela e da Beira Interior Norte, onde a incidência é inferior a 7%.

Figura 14 – Distribuição regional dos casais em união de facto, por NUTS III, 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2011.

Em termos de evolução e à escala municipal, verifica-se que entre 2001 e 2011 (Figura 15) as uniões de facto cresceram mais significativamente (acima média do País — 5,2 pontos percentuais) em 105 municípios maioritariamente localizados na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e nas sub-regiões do Oeste, da Lezíria do Tejo, e, ainda ao Grande Porto. Destacam-se também os municípios do Algarve (sobretudo Albufeira e Faro) e algumas capitais de distrito como Aveiro, Évora e Beja.

Contudo, e apesar da tendência crescente, o retrato territorial em 2011 revela um contraste regional que distancia os municípios localizados nas regiões Norte e Centro, e principalmente, no seu Interior, dos municípios situados no Litoral Sul e em torno da AML, dando continuidade à oposição Norte-Sul no que respeita à conjugalidade informal (Figura 16). Também com proporções de uniões de facto elevadas (acima de 13%) destacam-se alguns municípios do Litoral Centro (como Aveiro, Marinha Grande e Caldas da Rainha) e do Alentejo Interior (nomeadamente Avis, Évora, Vidigueira e Beja).

Figura 15 - Variação da proporção de casais em união de facto, por município, 2001/2011

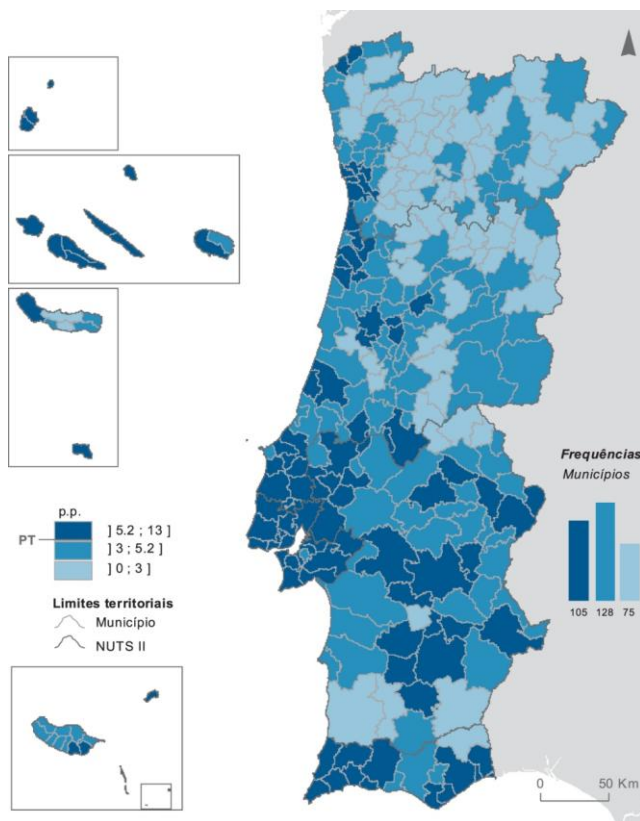
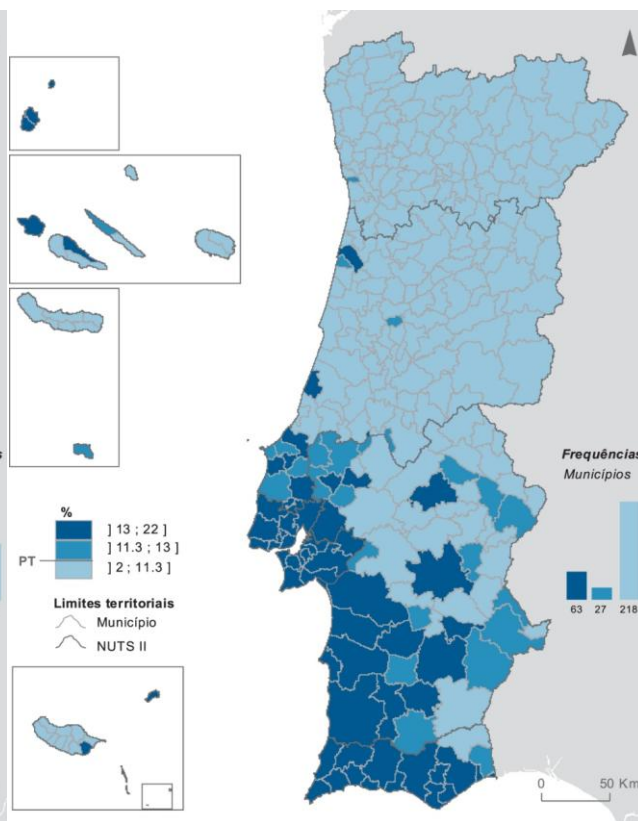


Figura 16 - Proporção de casais em união de facto, por município, 2011

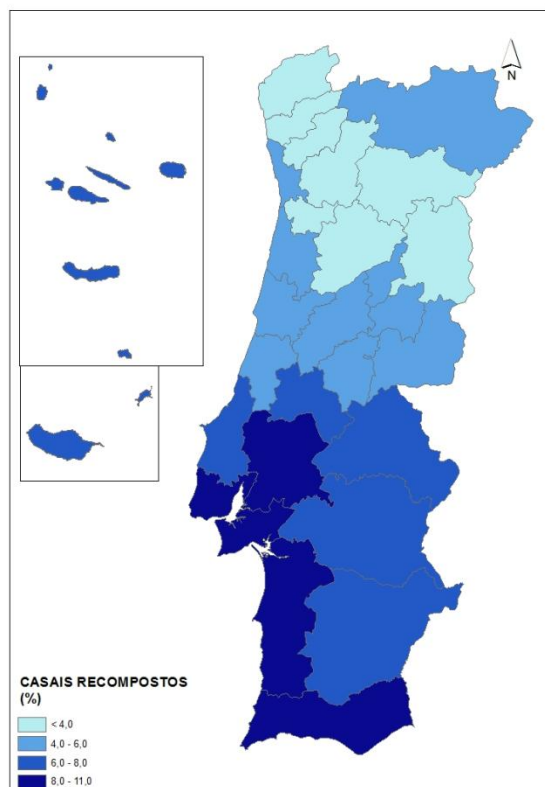


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Mais famílias recompostas, sobretudo na Grande Lisboa, Algarve, Alentejo Litoral e R.A. Açores

Quanto aos casais recompostos (Figura 17), a distribuição regional revela uma oposição evidente entre o Sul e as Regiões Autónomas, onde o fenómeno é mais prevalente, com valores próximos ou superiores à média nacional (6,6%), com destaque para toda a faixa litoral sul e da Lezíria do Tejo, com valores superiores a 8%; e o Norte, onde a maioria das sub-regiões apresenta valores abaixo dos 4%, com exceção do Grande Porto (5,9%) e do Alto Trás-os-Montes (4,1%).

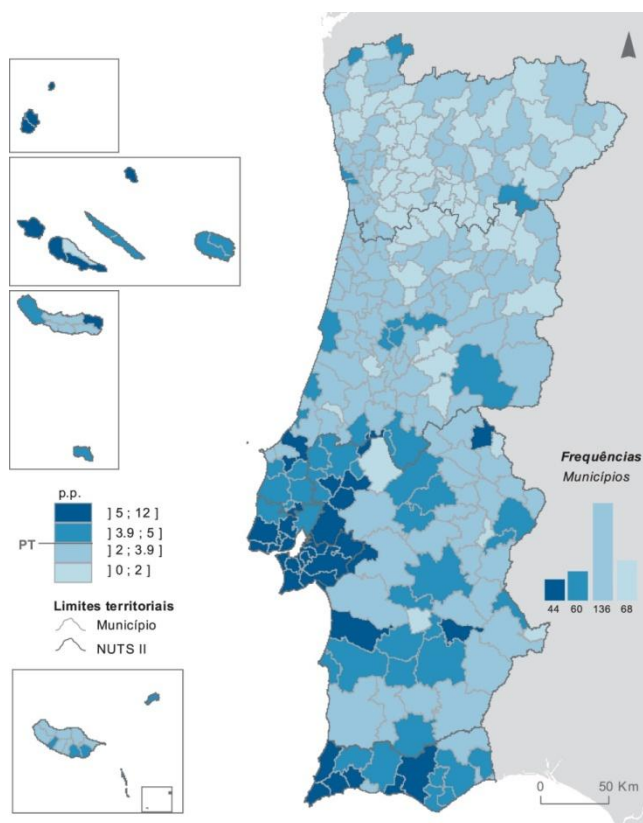
Figura 17 – Distribuição regional dos casais recompostos, por NUTS III, 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2011.

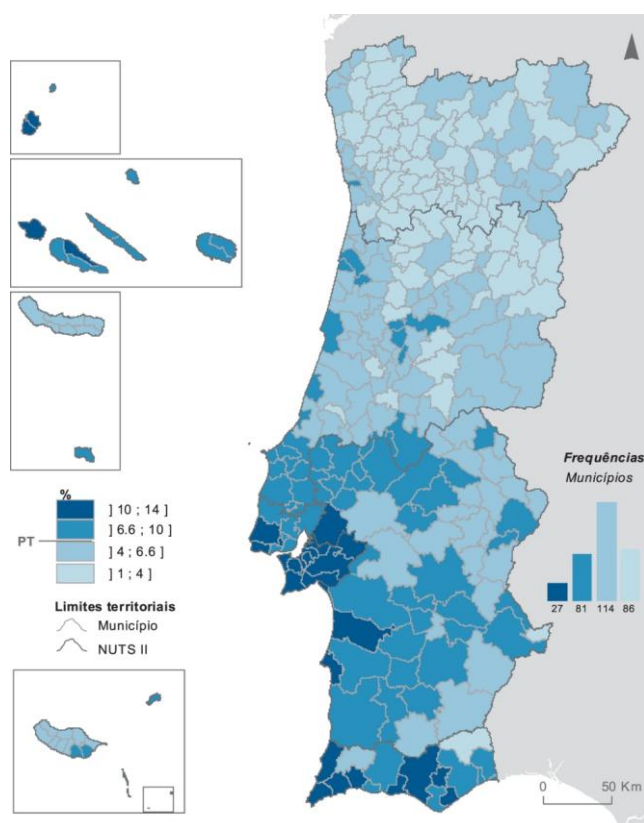
A análise à escala municipal para 2011 (Figura 19) salienta valores mais elevados num conjunto de 27 municípios localizados, primordialmente na AML e no Algarve, destacando-se ainda municípios do Alentejo Litoral (Grândola e Sines) e da R.A. dos Açores (Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores, Horta e São Roque do Pico). Este padrão territorial contrasta com a dinâmica de municípios do Interior Norte e Centro que registam, na sua maioria, valor abaixo do observado para o total de Portugal (6,6%). Com proporções mais baixas relativamente à recomposição familiar, evidenciam-se municípios como Póvoa do Lanhoso, Pinhel, Celorico de Basto, Aguiar da Beira e Cabeceiras de Basto.

Figura 18 - Variação da proporção de casais recompostos, por município, 2001/2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Figura 19 - Proporção de casais recompostos, por município, 2011



Núcleos familiares monoparentais continuam a crescer, sobretudo de mães só com filhos menores de 18 anos

Em 2011, o peso dos núcleos familiares *monoparentais com filhos de todas as idades* no total de núcleos familiares era de 14,9%, e de 22,9% no total dos núcleos familiares com filhos (Quadro 3). O crescimento registado representou uma variação de 35,7% em relação a 2001, ligeiramente menor, no entanto, do que a que ocorreu entre 1991 e 2001, de 39,2%. Para este crescimento contribui, sobretudo, a forte subida da proporção de núcleos *com filhos menores de 18 anos* no total de núcleos monoparentais, que passou de 42,1% em 2001 para 45,8% em 2011. A análise da taxa de variação dos núcleos de pai e de mãe só pela idade do filho mais novo revela que, na década 2001-2011, são os *núcleos com filhos menores de 18 anos* que apresentam uma taxa de variação mais elevada, de 47,7% (face a 14% em 1991-2001). Já as *famílias com filhos com 25 ou mais anos* registam uma taxa de variação na ordem dos 34,7%, situando-se assim na média da variação registada nos núcleos com filhos de todas as idades.

Quadro 3 – Núcleos familiares monoparentais por idade do filho mais novo 1991, 2001-2011
(valores absolutos, percentagens e taxas de variação)

Núcleos Monoparentais	1991	2001	2011		
Filhos de todas as idades	254261	353971	480443		
% no total de núcleos	9,2	11,5	14,9		
% no total de núcleos com filhos	13,1	17,9	22,9		
Filhos < de 18 anos	130850	149141	220244		
% no total de núcleos	4,8	4,9	6,8		
% no total de núcleos com filhos	6,8	7,5	10,5		
% no total de núcleos monoparentais	51,5	42,1	45,8		
Por idade do filho mais novo	1991	2001	2011	Taxa de variação	
				1991/2001	2001/2011
Filhos de todas as idades					
• Pai só	35088	48140	64100	37,2%	33,2%
• Mãe só	219713	305831	416343	39,5%	36,1%
Total	254261	353971	480443	39,2%	35,7%
Filhos < 18 anos					
• Pai só	15440	17151	23844	11,1%	39%
• Mãe só	115410	131990	196400	14,4%	48,8%
Subtotal	130850	149141	220244	14 %	47,7%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Manutenção de uma grande diferença entre o número de núcleos de pai só e de mãe só.

Esta diferença é mais expressiva nos *núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos*, indicando a persistência da “guarda materna” após divórcio ou separação. Com efeito, é notório que estas famílias estão crescentemente associadas ao estado civil de divorciado/a, que cresce de 30,3% em 2001 para 43,4% em 2011, em detrimento da monoparentalidade por viuvez, que diminui de 16,5% em 2001 para 7,7% em 2011. Em 2011, nota-se também uma forte presença de famílias monoparentais de mães e pais solteiros decorrente não só de nascimentos que ocorrem fora de uma relação conjugal, como também da rutura de uniões de facto cujos progenitores mantêm o estado civil de solteiros.

Traços de vulnerabilidade social nas famílias monoparentais, particularmente nas famílias de mães sós com filhos com menos de 18 anos.

De acordo com os Censos 2011, a percentagem de famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos afetadas pelo desemprego era de 15,1% em 2011, sendo o desemprego mais elevado no caso das mães sós do que nos pais sós (Quadro 4).

Quadro 4 – Núcleos familiares monoparentais segundo a idade do filho mais novo (< 18 anos) e a condição perante a atividade económica da mãe ou do pai, em 2011 (%)

Núcleos Monoparentais	Idade dos filhos	Empregado	Inativo	Desempregado	Total
Total	< 18 anos	70,7	14,1	15,1	100
	18 ou + anos	32,9	62,0	5,1	100
Mãe	< 18 anos	70,2	14,5	15,3	100
	18 ou + anos	32,9	62,1	5,0	100
Pai	< 18 anos	75,0	11,5	13,5	100
	18 ou + anos	33,3	61,2	5,6	100

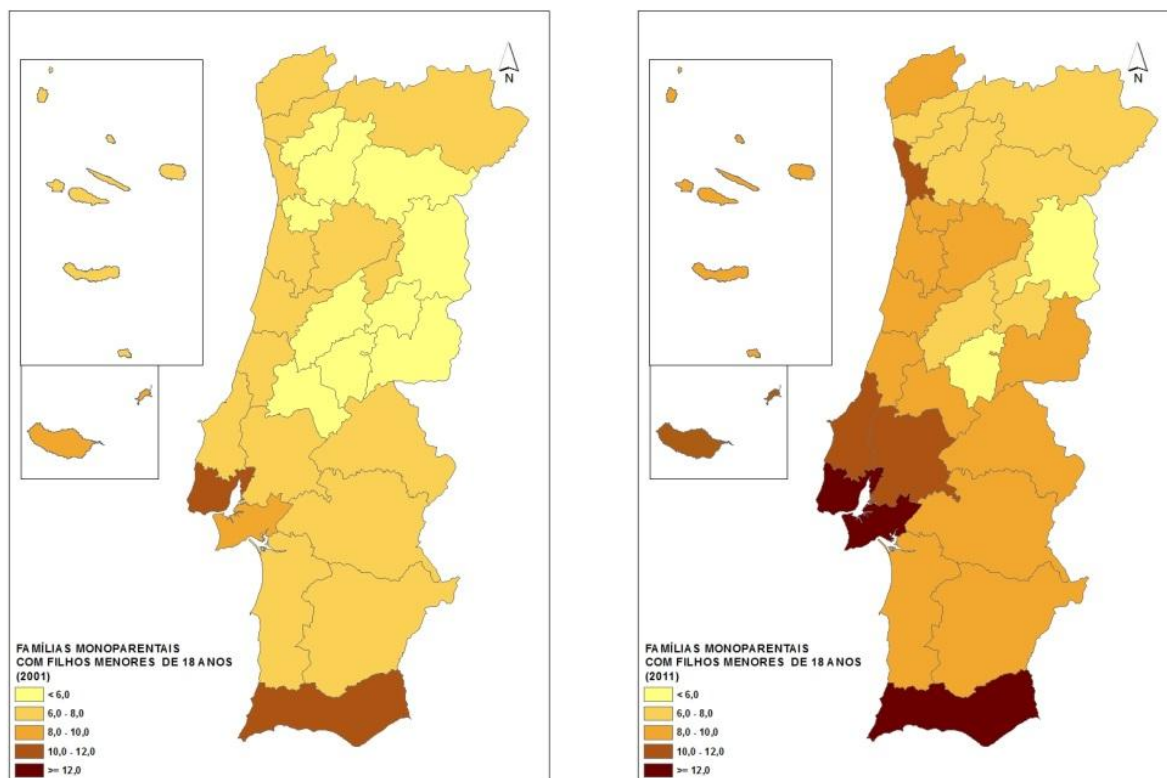
Fonte: INE, Censos 2011.

Por outro lado, cerca de 1/3 dos núcleos monoparentais com filhos menores vivem em famílias complexas (32,4% em 2011). Destes, 47% são núcleos monoparentais de pai ou mãe solteiros. Este dado aponta para a maior vulnerabilidade social destas famílias, que se expressa na ausência de autonomia residencial e na necessidade de apoio dos familiares mais próximos.

A análise da distribuição regional das famílias monoparentais com filhos com menos de 18 anos, entre 2001 e 2011, revela um aumento generalizado em praticamente todas as regiões do país. Em 2011, as sub-regiões da Grande Lisboa (15%), Península de Setúbal (14,2%) e Algarve (13,4%), assumem maior preponderância, reforçando uma tendência já visível em 2001. Destacam-se ainda, com percentagens acima da média nacional (10,5%), a Lezíria do Tejo (10,6%) e o Grande Porto (11,4%), bem como a sub-região Oeste, com um valor próximo da média (10,3%). As percentagens mais baixas, de 6%, ocorrem apenas na Beira Interior Norte e no Pinhal Sul. Também nas Regiões Autónomas da

Madeira e dos Açores se verifica um aumento do peso destas famílias, principalmente na Madeira em que atingem a percentagem de 11,6%.

Figura 20 - Núcleos familiares monoparentais com filhos com menos de 18 anos no total de núcleos familiares com filhos, por NUTS III, Portugal 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Famílias complexas em decréscimo: 8,7% em 2011 face a 15,4% em 1960

Em 2011, as famílias complexas representam 8,7% do total de famílias em Portugal. A importância destas famílias tem vindo a diminuir, tanto em termos relativos como absolutos – em 1960 atingiam 15,4% do total de famílias, em 1991 eram 13,9%, em 2001 já somente 10,4%. Esta transformação representa uma variação negativa de 43,5% entre 1960 e 2011.

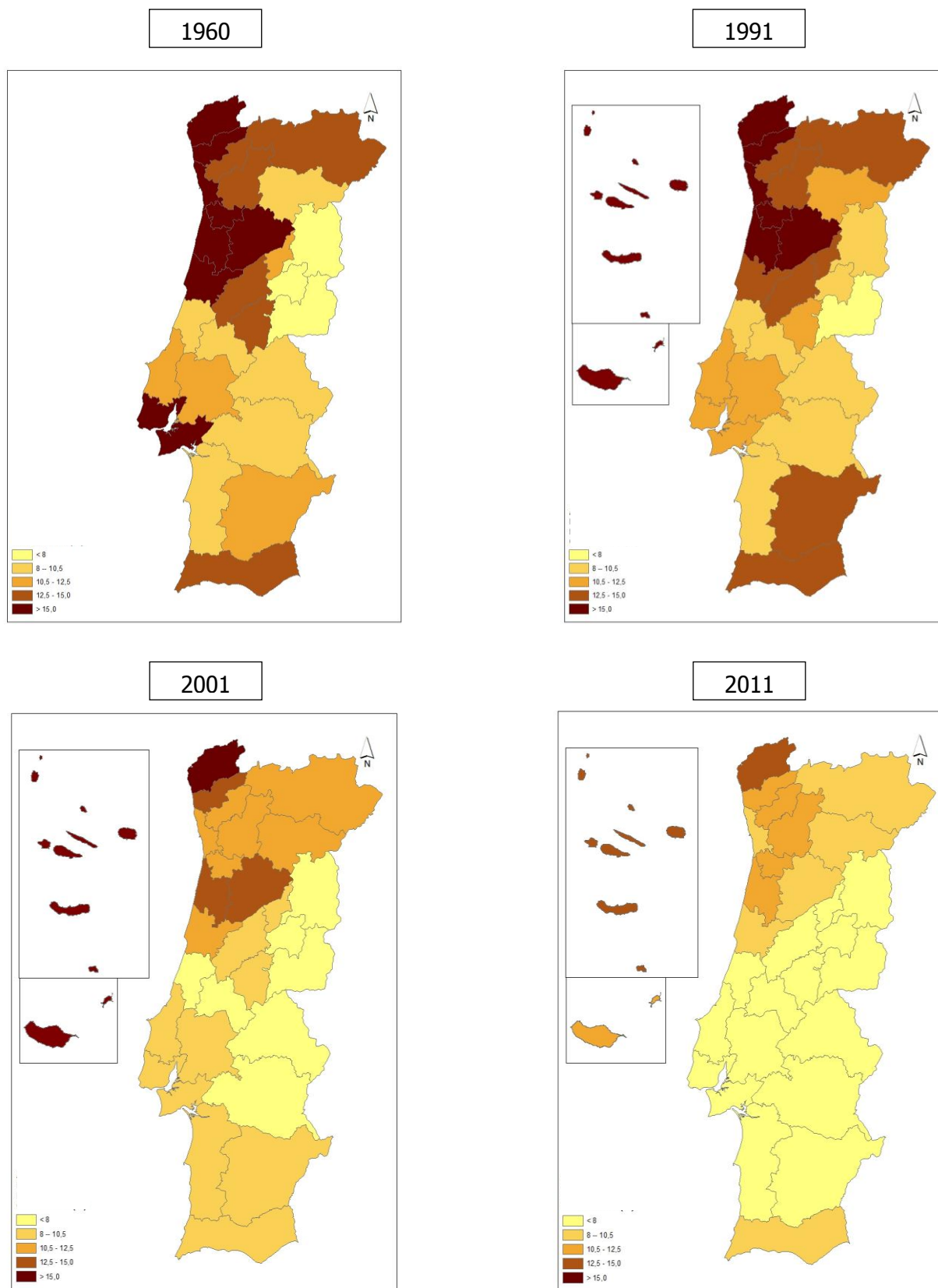
As famílias complexas são constituídas por famílias alargadas (5,8% do total de famílias) e por famílias múltiplas (2,9% do total de famílias). Nas primeiras são mais significativas as situações de alargamento a partir de um núcleo conjugal (com ou sem filhos). O alargamento a partir de um núcleo monoparental representa somente 1,2% do total de famílias. É de notar, no entanto, que esta situação representa, face a momentos censitários anteriores, um aumento do número absoluto de famílias alargadas a partir de núcleos monoparentais. As famílias múltiplas são esmagadoramente constituídas por situações de coabitação entre dois núcleos (2,8% do total de agregados), sendo as restantes situações (três ou mais núcleos) minoritárias.

Menos pessoas idosas a viver em famílias complexas

Outro aspeto importante a realçar é a diminuição do número de idosos a viverem em unidades domésticas de família complexa. De facto, seguindo tendências anteriores, a percentagem de idosos a viver com outros familiares em famílias complexas baixou significativamente de 2001 para 2011 (de 19,6% para 15,8%). Tal fenómeno é concomitante com o aumento de idosos sós.

Do ponto de vista da distribuição regional (Figura 21) e tendo em atenção a diminuição acentuada do peso relativo e absoluto das famílias complexas em Portugal, as tendências verificadas ao longo dos últimos 50 anos persistem. A complexidade doméstica que ainda existe tende a concentrar-se no norte do país, particularmente no norte litoral, além de nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, bem como um pouco no Algarve. A tendência para a irrelevância estatística da complexidade doméstica em contextos de concentração urbana (como na Grande Lisboa e no Grande Porto) mantém-se.

Figura 21 - Famílias Complexas. Portugal (NUTS III) 1960-2011



São cada vez menos as famílias com descendência numerosa. Cresce, contudo, a importância das famílias numerosas recompostas e monoparentais

Os núcleos familiares com descendência numerosa (pelo menos 3 filhos) constituíam, em 2011, 4,8% do total de núcleos familiares e 7,4% dos núcleos familiares com filhos (Figura 22). Estes núcleos com descendência numerosa “jovem” (com todos os filhos com menos de 18 anos de idade) representam 3,2% dos núcleos familiares com filhos.

Em relação a 2001, como consequência da queda da fecundidade, há uma redução significativa do peso destas famílias. Em 2001 representavam 7% do total de núcleos familiares e 10,1% do total de núcleos com filhos; e o peso relativo das famílias numerosas jovens situava-se em 3,9%.

Em 2011, a maioria dos núcleos com descendência numerosa continua a ser constituída por casais com filhos comuns (72,4%). Mas há uma diversificação em dois sentidos. Por um lado, as famílias numerosas recompostas correspondem a 13,3%, quando em 2001 representavam apenas 5,6%. Por outro lado, em 2011 as famílias numerosas monoparentais representam 14,3% dos casos, sendo que em 2001 correspondiam a 9,9%. Na grande maioria dos casos (90,9%) estes núcleos monoparentais são encabeçados por mulheres.

As famílias com descendência numerosa têm expressão em sub-regiões em que a fecundidade foi tradicionalmente mais alta (como Tâmega, Cávado, Açores e Madeira). Mas também se encontram nas sub-regiões em que o divórcio e a recomposição familiar são mais frequentes (Grande Lisboa). Com a queda da fecundidade, em termos globais, são as dinâmicas da recomposição familiar (e posterior descendência conjunta) que amortecem uma diminuição mais abrupta das famílias com descendência numerosa.

Se os núcleos conjugais com descendência numerosa sofrem os impactos da crise e do desemprego (em 16,6% dos casos ambos os cônjuges estão ambos desempregados ou um desempregado e outro sem atividade), as famílias monoparentais com descendência numerosa estão também numa situação de particular vulnerabilidade social: neste caso cerca de 15% estão desempregadas(os).

Figura 22 – Núcleos familiares com descendência numerosas em % do total de núcleos e de núcleos com filhos, Portugal 2001 e 2011

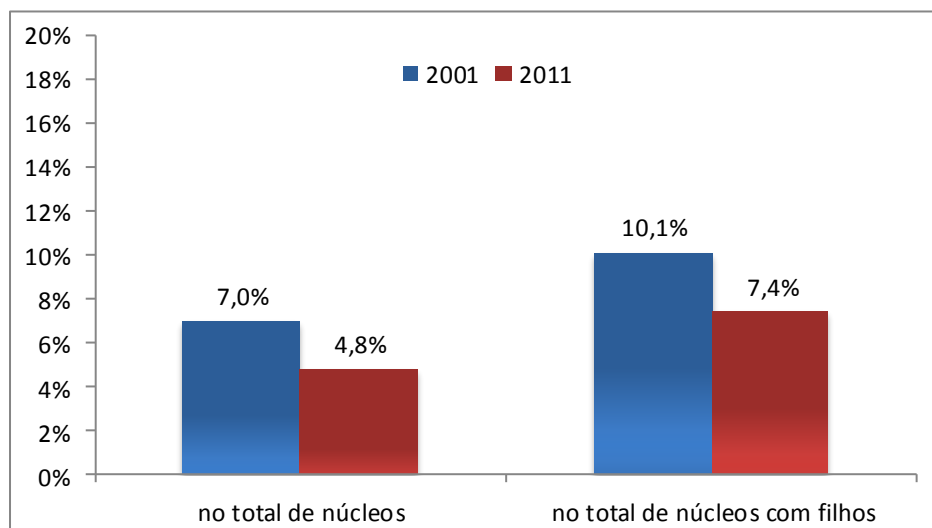
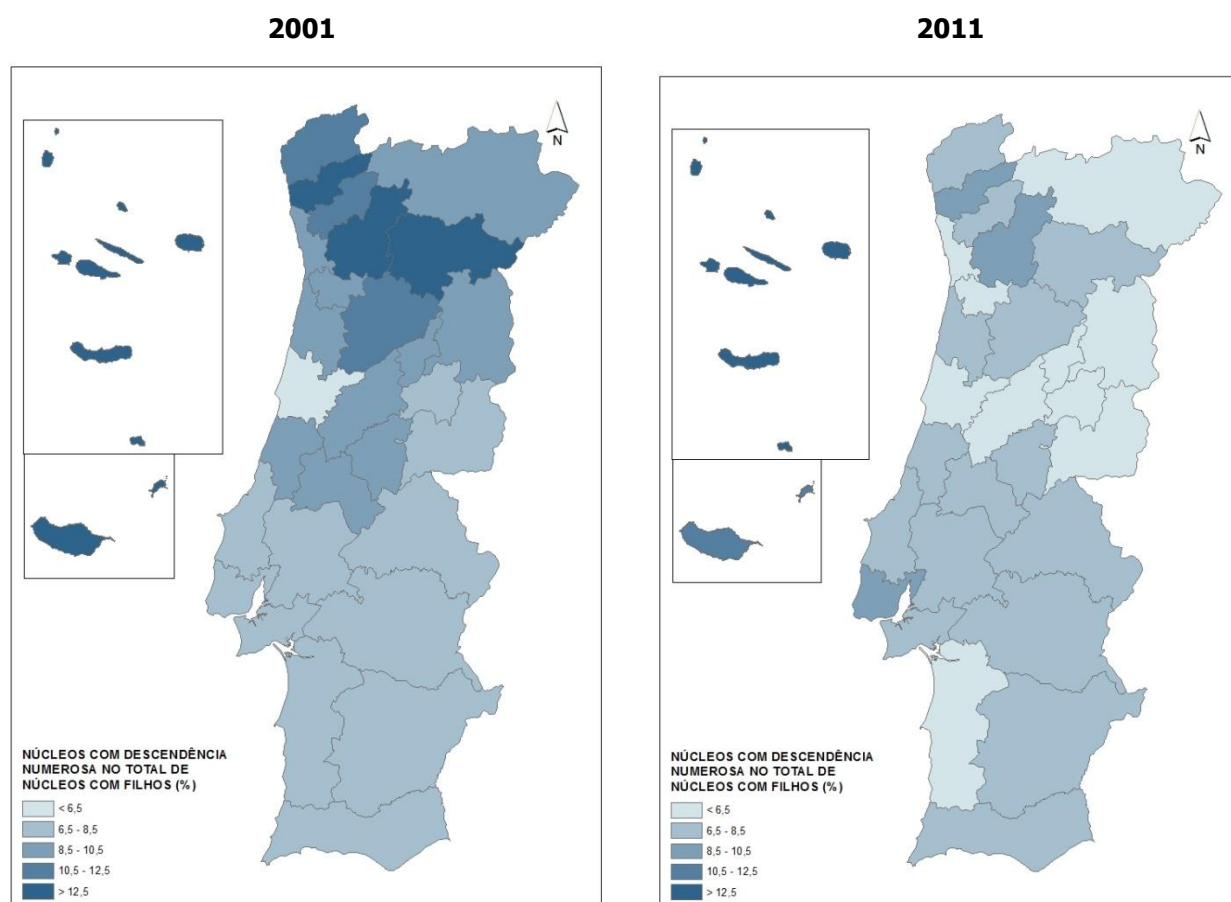


Figura 23 – Núcleos familiares com descendência numerosa por NUTS III, Portugal 2001 e 2011



Notas metodológicas

Os dados apresentados neste Destaque têm como fonte os resultados dos Censos (1960, 1991, 2001, 2011).

Conceitos utilizados:

Núcleo familiar. Conjunto de duas ou mais pessoas com laços de parentesco que podem formar um núcleo familiar conjugal (um casal, casado de direito ou em união de facto, com ou sem filhos) ou um núcleo familiar monoparental (um pai ou uma mãe com um ou mais filhos). O núcleo familiar conjugal com filhos pode ter apenas filhos comuns ou ser um núcleo reconstituído ou recomposto se incluir pelo menos um filho, natural ou adotado, de apenas um dos membros do casal (o termo “recomposto” é preferido neste destaque por apontar para a recomposição familiar no seu todo e não só para a reconstituição no interior do casal). (Neste destaque também se utiliza “família monoparental” e “família recomposta” como sinónimos de núcleo familiar monoparental e de núcleo familiar reconstituído ou recomposto).

Família Clássica (também designado por agregado doméstico).

É o principal conceito utilizado para analisar as estruturas domésticas. Entende-se por família clássica a pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de um alojamento, ou, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco de direito ou de facto entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Constituem também uma família clássica as pessoas que, não tendo relações de parentesco vivem em economia comum, ou seja, tenham em comum, para além da residência, a alimentação ou os rendimentos.

Em termos gerais este conceito corresponde assim à noção de agregado doméstico, (*menáge* ou *household*) utilizado pelos historiadores da família (e.g. Laslett, 1972) para analisar a evolução dos arranjos de coresidência.

A família pode: integrar apenas um núcleo familiar (**família simples**) que pode ser conjugal (um casal com ou sem filhos) ou monoparental (um pai ou uma mãe com filhos); incluir, para além de uma família simples, outras pessoas que não formam um núcleo, tratando-se nesse caso de uma **família alargada**; integrar dois ou mais núcleos, formando então uma **família múltipla**. Juntando os dois últimos tipos de famílias, podemos falar de **famílias complexas**.

Família com descendência numerosa. Núcleo familiar que integra: um casal “de direito” ou “de facto” com 3 mais filhos naturais ou adotados, comuns ou apenas de um dos elementos do casal; núcleo familiar com apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com 3 ou mais filhos, naturais ou adotados. (Neste destaque utiliza-se também “família numerosa” como sinónimo de família com descendência numerosa).

São designadas pessoas idosas, todas as pessoas com 65 ou mais anos.

Bibliografia

Laslett, P. & Wall, R. (Org.). (1972). *Household and family in past time*. Cambridge. Cambridge University Press